

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução



Lula e Alcolumbre... Perdão! Hynkel e Napaloni

Messias sucumbe na guerra de vaidades de Lula e Alcolumbre

Entre as diversas sequências antológicas de O Grande Ditador, o clássico de Charles Chaplin, há uma que resume de forma demolidora o quanto são ridículas e infantis as disputas de poder entre líderes políticos. Adenoyd Hynkel, a paródia de Adolf Hitler interpretada por Chaplin, recebeu em seu país, a Tomânia, o ditador de Bactéria, Benzino Napaloni, a caricatura de Benito Mussolini, papel de Jack Oakie. Nas demonstrações de superioridade de um sobre o outro, eles vão até o salão de barbeiro do palácio de Hynkel. E produzem ali uma hilária corrida de cadeiras de barbeiro, um tentando colocar mais alto a sua cadeira para rebaixar o outro. O Senado assistiu ontem a uma repetição da disputa de cadeiras.

Messias no papel do barbeiro

A versão política foi protagonizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). E deixou no papel do humilde barbeiro - no filme, ele é confundido com o ditador - o advogado-geral da União, Jorge Messias, na sua busca fracassada para ser aprovado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre derrotou Messias. Só tinha acontecido antes em 1894.

Ricardo Stuckert/PR



Messias e Lula: um "não" ao personalismo

Por que Alcolumbre era contra?

Messias teve 16 votos na Comissão de Constituição e Justiça quando o mínimo seria 14. E somente 34 no plenário do Senado, quando pelo menos teria que ter 41. A história provavelmente passará o resto da vida tentando compreender a razão. Alcolumbre resistia a Messias porque queria na vaga no STF o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG). Mas Lula já tinha se entendido com Pacheco, a quem queria como candidato a governador em Minas Gerais. Pacheco aceitou, mudou de partido, será candidato. Posou para foto ao lado de Messias na véspera.

Modo de indicação em xeque

Parece haver mesmo algo de muito errado quando a escolha de um dos chefes do poder Judiciário depende unicamente da guerra de vaidades entre os chefes dos outros dois poderes. Eles, pelo menos, foram eleitos pelo voto popular. Enquanto Messias era sabatinado na quarta-feira (29), muito se discutia no Congresso quanto ao atual modelo de indicação dos ministros do STF.

PECs

Há nada menos que 35 Propostas de Emendas à Constituição (PECs) sugerindo mudanças na forma de indicação dos ministros do STF. Eles também tomados por grande vaidade pela forma como são escolhidos. Se essa já era uma discussão que crescia, o capítulo de quarta-feira pode tê-la amadurecido.

Damares

Somente a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) tem três PECs. No início da quarta-feira, ela era tida como um voto a favor da indicação de Messias. Não se sabe se mudou de ideia, mas ela votou contra. Segundo ela, como recado para a necessidade de mudança no modelo de escolha.

Solitária

"A escolha de um ministro STF não pode depender unicamente da vontade solitária de uma pessoa para atuar lá como seu representante", critica Damares. Mas assim não fez Jair Bolsonaro com André Mendonça e Kassio Nunes Marques? "É diferente", rebate. "Eles não tinham história de militância".

Evangélica

A posição de Damares indicava ter se reduzido a pressão que era feita por alguns segmentos evangélicos para que Messias fosse aprovado. Pressão que foi feita inclusive por André Mendonça. "O fato de ser cristão não altera a situação de Messias", diz Damares. "Não altera o fato de que ele atua politicamente por um lado que não é o meu".

Pecado

Voltando a Jorge Messias, no seu papel de barbeiro humilde na versão política do filme de Chaplin, talvez não tenha sido ele o pecado original de Lula. Antes, Lula resolvera indicar para o Supremo Tribunal seu próprio advogado pessoal, Cristiano Zanin. Ali teria sido o ápice do personalismo da escolha.

Entornou

Antes de deixar a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) já fazia uma defesa forte da necessidade de reforma do Judiciário. Para ela, esse tema deverá ser um dos principais debates do país após as eleições deste ano. O caldo entornou. A reforma do Judiciário começou.



Dario Durigan prepara o programa de renegociação

Desenrola 2.0 pode incluir endividados adimplentes

Pedido do presidente Lula visa amenizar impactos

Por Gabriela Gallo

As regras do Desenrola 2.0, nova estrutura do programa do governo federal para renegociação de dívidas, devem também incluir os endividados não inadimplentes, ou seja, os contribuintes que têm dívidas ativas mas que pagam suas contas em dia. O pedido foi formulado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a equipe econômica do governo após o ministro da Fazenda, Dario Durigan apresentar a modelagem do Desenrola 2.0 ao presidente da República no começo da semana.

O Ministério da Fazenda comunicou que concluiu a modelagem do Desenrola 2.0 e apresentou a proposta ao presidente Lula na terça-feira (29). Desde que foi apresentado, o programa visa amenizar os impactos financeiros de um problema que tem sido a pedra no sapato do governo: o endividamento das famílias. E um dos principais setores atingidos com esse problema é a classe média brasileira, o que pode ser um problema em um ano eleitoral.

De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, referente a março deste ano, o Brasil registrou 82,8 milhões de inadimplentes, o equivalente a 50,51% da população do país. Segundo o levantamento, são 338,2 milhões de dívidas que totalizam R\$ 557

bilhões em dívidas. Em comparação ao mesmo período de 2025, isso é um aumento de 7,1 milhões de pessoas inadimplentes no país (75,7 milhões).

Ao Correio da Manhã, a consultora de Análise Política na BMJ Consultores Associados Raquel Alves destacou que, para reconquistar parte da classe média, o governo precisa "mostrar que entende as demandas urgentes, de médio e longo prazo" da categoria e "elaborar propostas com soluções estruturantes e não apenas conjunturais".

"De nada adiantam pacotes sucessivos que resolvam problemas imediatos e deixem questões profundas (como o alto custo da classe média com educação, saúde, segurança pública, transporte) sem solução. E claro, a estabilidade fiscal, porque afinal a classe média tem pouca margem de manobra para suportar choques econômicos", destacou a analista política.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a reformulação do programa Desenrola tem como foco a renegociação de dívidas ligadas a cartão de crédito, cheque especial e crédito direto ao consumidor.

A proposta é implementar descontos de até 90% na cobrança de juros bancários. Segundo o Banco Central (BC), a taxa média de juros do rotativo do cartão de crédito é de 428% ao ano. No cheque especial, de 137,9%.